

## **Eixo Temático**

### **1. Educação no Campo e Movimentos Sociais**

#### **Título**

## **ESCOLA ITINERANTE MST PR: DA LUTA PELA TERRA À LUTA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ACAMPAMENTOS**

#### **Autor (es)**

Valter de Jesus Leite  
Juliana Aparecida Poroloniczak

#### **Instituição**

UNIOESTE - Campus de Cascavel  
Universidade Júlio de Mesquita Filho/UNESP - Campus de Araraquara

#### **E-mail**

[valterleitemstpr@gmail.com](mailto:valterleitemstpr@gmail.com)  
[julianap@nrecascavel.com](mailto:julianap@nrecascavel.com)

#### **Palavras-chave**

Movimento Sem Terra; Educação do Campo; Luta Social e Escola Itinerante.

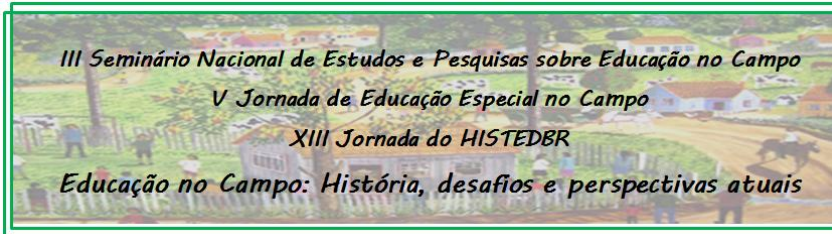
#### **Resumo**

O artigo apresenta elementos históricos referentes a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, e a trajetória de luta pela garantia do direito a educação nos acampamentos. Versa sobre a gênese da Escola Itinerante no Paraná e o percurso na luta pela responsabilização do Estado no financiamento das condições para assegurar as famílias acampadas o direito fundamental de acesso a escola, sobretudo, uma educação visando à formação humana e voltada às aspirações emancipatórias.

#### **Texto Completo**

O artigo apresenta elementos da constituição histórica do MST enquanto movimento social, que luta pela Reforma Agrária, e neste contexto, se faz presente a luta pela educação compreendida como parte integrante dos direitos dos trabalhadores. Neste ensejo, a educação escolar materializada nos acampamentos por meio das Escolas

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



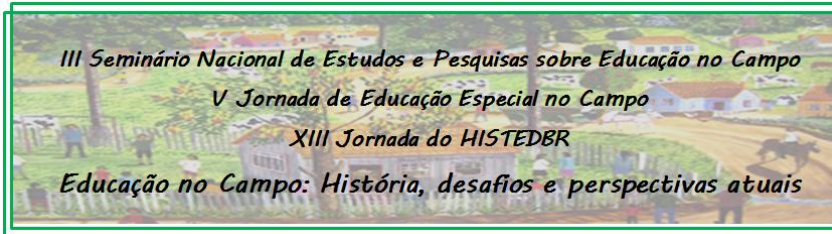
Itinerantes, compreendidas como instituições constituídas historicamente carregadas de contradições, porém com a possibilidade de configurar práticas educativas emancipatórias assegurando o acesso ao conhecimento científico, tendo como horizonte o desenvolvimento omnilateral do ser humano, a fim de fortalecer a luta por políticas sociais e formar lutadores e construtores do futuro (MST, 2013).

Adotamos como procedimento metodológico para construção do artigo, o estudo teórico-científico, tendo por base documentos da Escola Itinerante (relatórios, memória e a legislação), caderno de campo; e de cunho teórico – conceitual utilizando-se de análise literária e documental acerca do estudo. O texto encontra-se organizado em duas partes seguido das considerações finais. Primeiramente, apresenta de modo introdutório os processos de gestação do MST na luta pela terra, por conseguinte a gênese da educação escolar em acampamentos a partir de suas primeiras ocupações de terra. Na segunda parte, apresenta processos de constituição da Escola Itinerante no Estado do Paraná, evidencia as tensões, limites e contradições existentes em meio a luta pelo direito a educação nos acampamentos na relação com o Estado.

### **Da Gestação do MST à Educação Escolar nos Acampamentos**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é herdeiro da luta pela terra protagonizada pelos quilombos, Canudos, o Contestado e as Ligas Camponesas, estas entre outras são lutas que o MST é legatário. De acordo com Morissawa (2001) pode-se dizer que o MST é a continuidade das Ligas camponesas ao se constituir enquanto uma organização independente, gestada no interior das lutas travadas no campo brasileiro, tendo como grande objetivo a Reforma Agrária em detrimento da concentração de terra nas mãos da classe dominante, esta característica: “O MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964” (MORISSAWA, 2001, p. 120).

Embora o MST tenha se constituído oficialmente enquanto movimento de caráter nacional em 1984, sua constituição foi gestada nas lutas e contradições que antecedeu sua criação. No período de 1964-1984 do ponto de vista político a burguesia massacrou fisicamente as organizações camponesas para impor à sociedade a adoção da revolução verde, ou seja, a inserção da modernização conservadora na agricultura



entrelaçada e voltada a lógica do capital, referenciada no mercado externo, nas grandes extensões de terra, mecanização agrícola, uso intensivo de agrotóxicos e a expulsão dos camponeses do campo (MST, 2014). O que resultou na maior migração de camponeses para cidade e fronteiras agrícolas, e do outro lado a elevada concentração da propriedade da terra (MST, 2014).

Neste cenário, diversas organizações e sindicatos rurais se constituíram, ressurgindo fortemente a luta pela terra, entre as organizações, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, sindicatos rurais, entre as lutas no Rio Grande do Sul geradora das ocupações de terras da Fazenda Sarandi no Município Ronda Alta em 7 de setembro 1979, considerada a semente do MST (MORISSAWA, 2001), estes e outros enfrentamentos constituíram-se como a mola propulsora do processo de gestação do MST e outros movimentos que lutam pela terra.

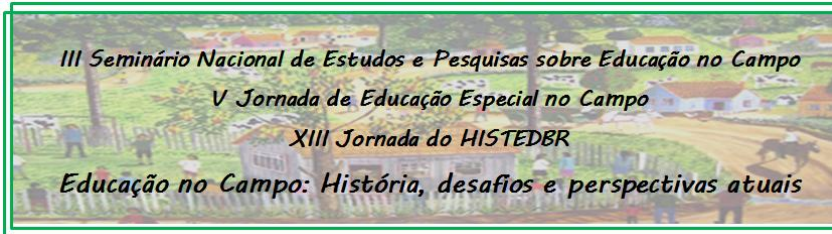
No Estado do Paraná o processo de gestação ocorreu principalmente pela massiva expulsão dos camponeses de suas terras devido a construção de usinas hidrelétricas na década de 70, em decorrência gerou uma série de movimentos e sindicatos rurais que contavam com apoio da CPT. De acordo, a Carta do 1º Encontro Nacional do Sem-Terra, “[...] só no Paraná, na década de 1970, saíram mais de 2,5 milhões da lavoura; no Rio Grande do sul, 1, 5 milhões e, em Santa Catarina, 600 mil” (MORISSAWA, 2001, p. 139).

Desde sua constituição no Estado do Paraná o MST passou por diversos conflitos, entre eles com frações da burguesia organizadas, especialmente pela União Democrática Ruralista – UDR<sup>1</sup> que agiram incondicionalmente para desarticular as forças (igreja e entidades) que apoiavam a luta pela terra (SAPELLI, 2013). Inclusive criaram milícias armadas como o Movimento dos Produtores Rurais – MPR<sup>2</sup> e o

---

<sup>1</sup>Criada em 1985 por grupo de fazendeiros violentos e conservadores para aglutinar forças e defender a propriedade privada da terra na Assembleia Constituinte, foram responsáveis por uma onda de violências contra os camponeses, entre eles o assassinato do Pe. Josimo, no Maranhão, em 1986 e do Chico Mendes, no Acre em 1988 (MST, 2014; SAPELLI, 2013).

<sup>2</sup>Criada em 25 de abril de 2007 pelo presidente da Sociedade Rural do Oeste – SRO Alessandro Meneghel, com o objetivo de contratar milícias para realizar desocupações (OPERÁRIA, 2009).



Primeiro Comando Rural - PCR<sup>3</sup>, ambos motivados por patronatos rurais como a UDR e a Sociedade Rural do Oeste - SRO que compartilham da violência na defesa da propriedade privada, conforme expressa Aberlado Lupion ex-presidente da UDR, no jornal O Estado do Paraná em 26 de outubro de 1997, “Os grandes proprietários rurais vão desencadear uma violenta reação às invasões de áreas – produtivas ou improdutivas. Quem invadir nossas propriedades será recebido a bala” (OPERÁRIA, 2009, s/p).

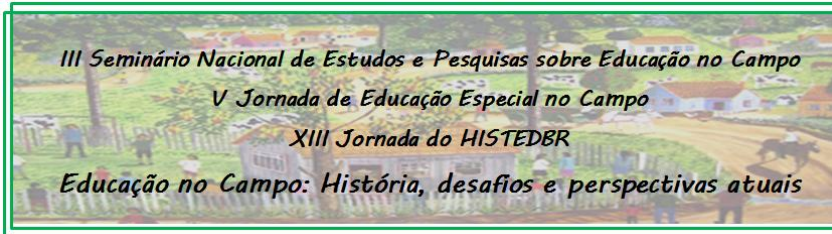
Tal visão de violência alimentou ações que fazem o Estado do Paraná liderar o índice de conflitos e violência no campo da região Sul do País, sendo o quinto no ranking nacional (PARANÁ, 2006). Entre as diversas ações desta fração da burguesia agrária contra o MST, citamos dois conflitos liderados pelo Presidente da SRO. Um no dia 30 de novembro de 2006 quando educadores da 1ª Jornada de Educação da Reforma Agrária-PR, seguiam em direção a fazenda Syngenta Seeds (desapropriada pelo governo) para realizar ato de encerramento da jornada de educação, e defrontaram-se com o bloqueio dos fazendeiros agressores na BR-277. O outro conflito no dia 21 de outubro de 2007, 40 homens armados atacaram as famílias acampadas na mesma fazenda citada acima, o que culminou em seis militantes feridos, uma mulher gravemente ferida por espancamento e o assassinado militante Valmir Motta conhecido como Keno<sup>4</sup>.

Em meio aos conflitos agrários e vidas tombadas, o MST acumulou conquistas que propiciou a melhoria de vida de milhares de pessoas assentadas e acampadas. No Estado do Paraná entre os anos 1988 e 2012 ocorreram 686 ocupações envolvendo 87.513 famílias, no entanto foi legalizado entre 1979 e 2012 apenas 320 assentamentos contemplando 18.286 famílias, sendo no Brasil 9.195 assentamentos que atende 81.699.593 famílias (DATA LUTA, 2013). Contraditoriamente, os números revelam conquistas que permitiram milhares de famílias acesso ao direito fundamental da terra e a melhoria das suas condições de vida, inclusive, tais conquistas permitiram dentro dos seus limites, engendrar e materializar processos que resgataram os princípios da cooperação agrícola, associação de agroindústrias sob a coordenação dos trabalhadores

<sup>3</sup>Formada em 2003, os latifundiários da região Centro-Oeste do Estado, liderados pelo latifundiário e médico, Humberto Mano Sá, com o intuito de agenciar pistoleiros para agir contra trabalhadores rurais” (OPERÁRIA, 2009).

<sup>4</sup> Mais informações ver: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=164>





do campo em assentamento, bem como, criação de meios de comunicação próprios, a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes-ENFF<sup>5</sup>, a qual agrega um conjunto de programas e cursos que objetivam elevar o nível de consciência dos trabalhadores do campo e da cidade.

Em dados mensurados pelo MST as conquistas no âmbito da educação atingem aproximadamente 1.800 escolas públicas em acampamentos e assentamentos, as quais cerca de 200 mil crianças, adolescentes e jovens e adultos Sem Terra estudam, sendo que os quase 8 mil educadores que atuam nestas escolas o MST ajudou a formar. Na alfabetização de jovens e adultos em 2011, envolveu 8 mil educandos e 600 educadores, e neste mesmo período tinha 50 turmas de cursos técnicos de nível médio e cursos superiores com Instituições de Ensino Superior - IES, com cerca de 2 mil estudantes (KOLLING, VARGAS, CALDART, 2012), entre outros processos que contribuem para politizar e fortalecer as lutas populares e pela reforma agrária (MST, 2014).

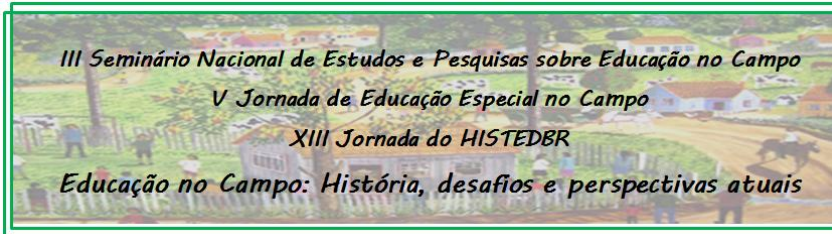
Entretanto, conforme Sapelli (2015), não alterou significativamente a estrutura fundiária, justamente por conta das lutas e conquistas se inserirem no contexto da reforma agrária clássica na qual democratiza parcialmente a propriedade da terra permanecendo a natureza da lógica de reprodução do mercado interno e de aumento da renda. Neste contexto, milhares de famílias permanecem sem-terra, e persiste a contradição entre trabalho e capital, mas mesmo em meio este contexto o MST luta “pelo esforço em reunir produtores livremente associados, buscando igualdade substantiva” (SAPELLI, 2015, p.132).

Neste cenário, de lutas, conquistas, perdas, entraves, limites, enfrentamentos de classes e esforços coletivos para alcançar a justiça social, a soberania dos trabalhadores e o direito de fruir de seu trabalho livre e criador sem a condição de ser explorado pelo outro, o MST anterior a sua constituição, já se preocupava com os processos educativos, das crianças, jovens e adultos acampados (MST, 2005).

A gênese do trabalho educativo do MST inicia nas primeiras grandes ocupações mencionadas anteriormente, desenvolviam-se práticas educativas e a preocupação naquele momento não era escolarizar, mas cuidar das crianças, evitar que se expusessem

---

<sup>5</sup>Construída pelo trabalho voluntário de militantes do MST dos diferentes estados brasileiros, para aprofundamento sobre, ver: Silva, Roberta Maria Lobo da. A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes/Roberta Maria Lobo da Silva. – Niterói: 2005.



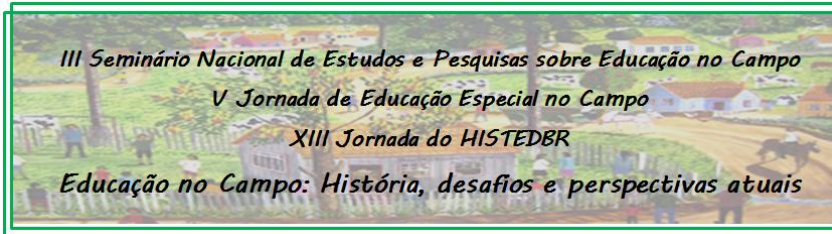
demasiadamente aos perigos de morar na beira da estrada e discutir com elas sobre a luta na qual forçosamente estavam participando” (MST, 2005, p. 12).

A consolidação do Setor de Educação do MST coincide com a fase de estruturação do MST a nível nacional, naquele período os educadores que desenvolviam os trabalhos educativos nas primeiras ocupações no RS passam a integrar o coletivo de educação do MST com vistas a luta por escolas públicas dentro das áreas da reforma agrária, organizar esta luta foi o motor crucial de constituição do setor de educação do MST, por isso a história da educação do MST não pode ser vislumbrada desconexa do percurso da integralidade do MST na luta pela terra (KOLLING, VARGAS & CALDART, 2012).

A primeira conquista do direito de ter Escola dentro do acampamento no Brasil, depois de uma série de reivindicações na Secretaria de Educação-RS, foi no Acampamento Nova Ronda Alta Rumo à Terra Prometida em maio de 1982, havia 180 crianças em idade escolar, mas sua legalização plena concretizou-se em abril de 1984, já no Assentamento de Nova Ronda Alta (MST, 2005). Depois em 1985 na ocupação da Fazenda Anoni em Sarandi – RS se desenvolve a segunda experiência de escola em acampamento.

Neste período, no que tange a proposta pedagógica das escolas, tinha como referência essencialmente os princípios da Educação Popular a partir de Paulo Freire, porém já incorporava elementos da Pedagogia Socialista e a própria formulação da Pedagogia do MST encontrava-se em curso.

Estas experiências apresentadas, entre outras, contribuíram para identificação da complexidade que os sujeitos Sem Terra acampados enfrentaram (enfrentam) e sofrem com a negação de direitos fundamentais. Permitiu que os acampados criassem a convicção que a luta pela reforma agrária extrapola a conquista do direito por um pedaço de chão, pois, ao ser a terra usurpada igualmente são outros direitos fundamentais, sendo assim, a luta pela reforma agrária contempla a luta por saúde de qualidade, por trabalho, pela produção de alimentos, por educação e cultura, enfim por direitos sociais que assegure a todos e todas o direito de produzir humanamente a vida (MST, 2008), conforme sintetiza Dalmagro (2010),



[...] o MST não é, em primeiro plano, um movimento por educação, mas por Reforma Agrária e transformação social; 2) em sua luta e organização, ele torna-se profundamente educativo[...]; 3) a escola é uma parte deste processo educacional, com funções específicas, mas nunca resumindo a educação à ela e nem a educação política, da luta, pode ser restrita à escola (DALMAGRO, 2010, p. 116).

Nesta direção, desde sua gênese a Escola Itinerante – EI assume a postura pedagógica revelada já em seu próprio nome. “A peculiaridade de caminhar junto, realizando itinerância acompanhando o movimento territorial do acampamento na luta pela terra, seja nos casos de despejos, nas mobilizações, marchas e ocupações” (LEITE, p. 256, 2014), visando assegurar o processo educacional atrelado a formação política para crianças, jovens e adultos.

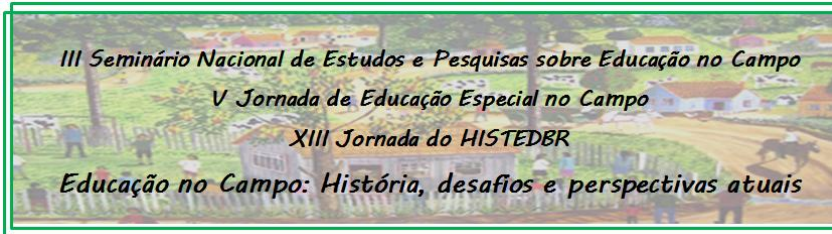
Segundo Camini (2013) as experiências citadas acima, serviram de força e pressão para que a Secretaria da Educação e o Conselho Estadual assegurassem legalmente a vida escolar e a criação da Escola Itinerante no ano de 1996, no Estado do Rio Grande do Sul<sup>6</sup>. “[...] haja vista que não era mais possível, à época, esconder a abertura que havia no Artigo 64 da Lei Federal de nº. 5.692/71, que permitia desenvolver novas experiências alternativas de educação propostas pelas comunidades” (CAMINI, 2013, p. 27).

### **Da Gênese ao Percurso da Escola Itinerante no Paraná**

A experiência da EI – RS foi a sementeira para criação da EI do Paraná, bem como para os outros quatro estados, com EI aprovadas, todos os Estados embasaram as pressões ao poder público a partir do acúmulo das Escolas Itinerantes conquistadas, “[...] no dizer dos Sem Terra, hoje não precisamos mais inventar a roda, pois ela já estava girando” (CAMINI, 2010, p. 52).

O processo de germinação da EI no PR, inicia-se com a “Escola Itinerante Terra e Vida”, inaugurada no dia 21 de junho de 1999 no Acampamento em frente ao Palácio do Iguazu instalado desde 08 de junho, a escola que funcionou durante 14 dias,

<sup>6</sup> No final de 2008 foi assinado entre o governo do Estado (governadora Yeda Crusius) por meio da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul - SEDUC e o Ministério Público um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que determinou o fechamento das 9 Escolas Itinerantes no RS, deixando 600 crianças e adolescentes sem escola no lugar onde vive (CAMINI, 2011).



integrava e participava dos protestos contra a repressão e a perseguição política do governo Jaime Lerner aos trabalhadores Sem Terra (MST, 1999).

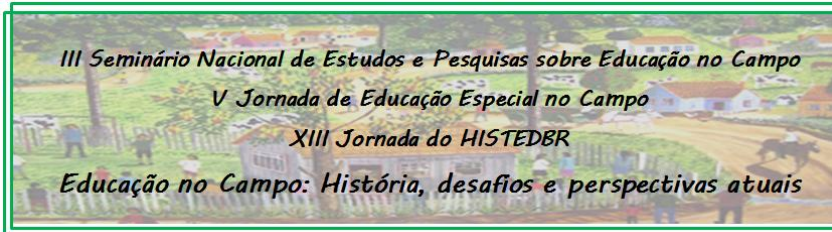
Também existiram experiências de escolas em acampamentos, funcionando como extensão de outra escola pública, por exemplo, no processo de ocupação da Fazenda Pinhal Ralo em 1996, no Acampamento do Buraco na BR 158 funcionou uma escola que ofertava Ensino Fundamental e Ensino Médio (SAPELLI, 2013, MST, 2008a).

No final do ano de 2003 acaba-se o mandato do Governo Lerner no Estado do Paraná, assim como o fim do governo Fernando Henrique Cardoso na esfera federal. Com nova conjuntura política, a eleição do Roberto Requião no Estado do PR e de Luiz Inácio Lula da Silva no governo federal, acredita-se numa abertura política e as expectativas para conquista da terra ampliam-se e impulsiona a constituição de 67 ocupações no Estado do Paraná em 2003, na maioria destes acampamentos as crianças encontravam-se sem acesso à escola (BAHNIUK, 2008). Neste contexto, a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, que agrega um conjunto de movimentos sociais, excita e pressiona à criação da Coordenação da Educação do Campo-CEC, na Secretaria Estadual de Educação do Paraná, para responder pelas respectivas exigências e necessidades da educação do campo, isso ainda no ano de 2003.

Posterior a uma série de esforços coletivos e reivindicações, o Conselho Estadual de Educação – CEE no dia 08 de dezembro de 2003, autoriza o funcionamento da “Escola Itinerante no contexto em que os trabalhadores Sem Terra se encontram em situação de acampamentos, o qual pode mudar de lugar a qualquer tempo” anuncia o Parecer nº 1012/03 que a oficializa, seguido da Resolução nº 614/2004, de 17 de fevereiro de 2004, da Secretaria de Estado da Educação – SEED-PR, em regime de experimento por dois anos, tendo por Escola Base<sup>7</sup> o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak-CECISS do Município de Rio Bonito do Iguaçu (MST, 2008a; SAPELLI, 2013). Para tal, a Resolução nº 1660/2004 autoriza o funcionamento da Educação infantil e do Ensino Fundamental anos iniciais para atender exclusivamente as turmas das Escolas Itinerantes.

<sup>7</sup>Escola Base é a guardiã da proposta política e pedagógica que fundamenta as práticas das Escolas Itinerantes, assim como, dos processos administrativos, matrículas, centraliza e descentraliza recursos do fundo rotativo.





Nos dois primeiros anos de reconhecimento legal existiam 9 acampamentos com Escolas Itinerantes atendendo 2.789 educandos, conforme expressa o Parecer nº 735/05 CEE-PR de 07 de dezembro de 2005, que autoriza a continuidade das escolas por mais três anos de experimento. Neste novo período de avaliação das Escolas Itinerantes no ano de 2006 e 2007 esteve em funcionamento 11 unidades com uma média de 1630 educandos conforme o Parecer nº 608/2008 CEE-PR de 05 de setembro de 2008, que analisa o processo da Escola Itinerante desde sua criação. Em 2015 a EI-PR encontram-se em novo período de avaliação pelo CEE-PR e SEED-PR com base no exame dos relatórios circunstanciados da Coordenação Política Pedagógica das Escolas Itinerantes e por meio da fiscalização realizada pela SEED neste período.

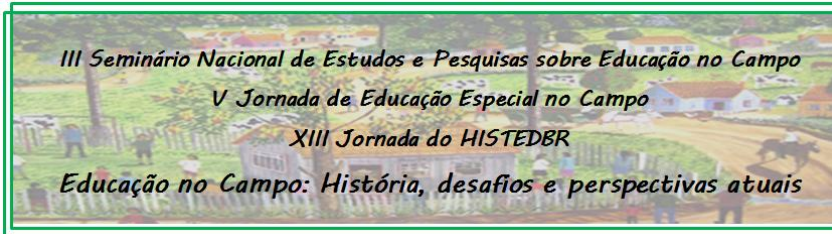
Outro dado importante desta trajetória de luta por escola no acampamento, diz respeito ao conjunto dos educadores que foram se formando no PR por meio da atuação na Escola Itinerante, somente entre os anos de 2004 e 2007, 2.434 educadores participaram de formações continuadas organizadas pelo Setor de Educação do MST em parceria com a SEED e Universidades (ACAP, 2011).

É válido ressaltar que até o ano de 2011 a maioria dos educadores que atuavam nos anos iniciais não possuíam ensino superior, sendo eles acampados que dispuseram-se a ser educadores e buscar formação, esta circunstância permitiu projetar centenas de educadores, em meio aos processos de atuação e formação continuada, combinada a luta pelo acesso a Universidade. Sendo que, a partir de 2012 todos educadores contratados possuem graduação, mestrado ou cursam graduação, pós-graduação nível de especialização e mestrado (MST, 2015).

No Estado do Paraná até 2015 tiveram 24<sup>8</sup> Escolas Itinerantes, estas foram deixando de existir à medida que ocorreram despejos, exemplo da EI Terra Livre em Santa Tereza do Oeste na antiga Fazenda Syngenta, a EI Anton Makarenko em Amaporã, outras encerraram seus trabalhos, uma vez que, foram criadas em período de acampamentos na beira da BR como é o caso da EI Novo Caminho do Campo em Ceú Azul na BR-277, a qual posteriormente passou a integrar a EI Zumbi dos Palmares em Cascavel (MST, 2008).

---

<sup>8</sup> Aqui estamos contabilizando as 2 Escolas Itinerantes mencionadas anteriormente que precederam a oficialização em 2003.



Outra escola que passou por uma série de despejos, alguns com muita violência, foi a EI Ernesto Che Guevara em Guairaça que iniciou sua trajetória em 2004, sofrendo quatro despejos realizados pelo Estado, contudo a partir do último as famílias integraram-se ao Acampamento Elias Gonçalves de Meura localizado na Fazenda Filomena em Planaltina do Paraná. E os estudantes passaram a frequentar a EI Carlos Marighella que desde 2004 desenvolve seus trabalhos neste acampamento. Entretanto, em 2012 o Estado decretou a reintegração de posse da Fazenda Filomena, e as famílias deslocaram-se para o Município de Carlópolis à 300KM de distância, local onde a EI permanece desenvolvendo seus trabalhos (ACAP, 2011; 2012). Contraditoriamente, o mesmo Estado que respalda a existência da Escola Itinerante nos acampamentos, “[...] é o Estado que a despeja. Diante de tudo, a simples existência da Escola Itinerante assegura a continuidade da educação as crianças e suas famílias, mesmo diante da situação de expulsão destas do lugar onde viveram por 10 anos” (ACAP, 2012, p. 28).

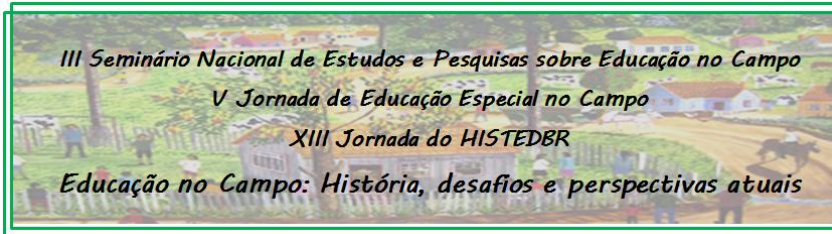
Neste percurso algumas Escolas Itinerantes foram alcançando o objetivo de se tornarem Escolas de Assentamentos com sua criação e autorização de funcionamento própria. Exemplo, as EI Olga Benário e Chico Mendes<sup>9</sup>, com a desapropriação da Fazenda Giacomet culmina na conquista do Assentamento Celso Furtado em 2005, no município de Quedas do Iguaçu-PR, todavia estas duas escolas concretizaram-se enquanto Colégios Estaduais de Anos Finais do fundamental e Ensino Médio somente em 2006.

Atualmente no Estado do Paraná existem 12 Escolas Itinerantes, propiciando acesso a escolarização para aproximadamente 1720 estudantes, distribuídas nos Municípios de Paula Freitas, Matelândia, Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Ortigueira, Rio Branco do Ivaí, Londrina, Florestópolis, Porecatu, Carlópolis e Jacarezinho, as quais envolvem o trabalho de 7 Núcleos Regionais de Educação - NRE<sup>10</sup>.

Em meio aos processos de transição de Escola Itinerante para Colégio Estadual do Campo – CEC e Escola Municipal (Escola de Assentamento) destacamos o caso da

<sup>9</sup> Frisamos que desde 2005, a estrutura do CEC Chico Mendes não se finalizou, por diferentes fatores, mas principalmente pela ausência de condições oferecidas pelo Estado do Paraná.

<sup>10</sup> Núcleos regionais de Educação – NRE são a extensão da SEED nas grandes regiões do Paraná, totalizam 32.



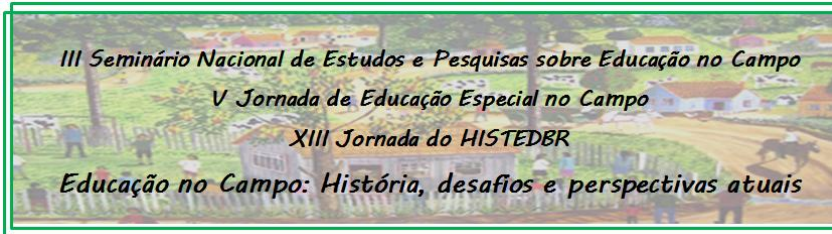
El Zumbi dos Palmares, no Município de Cascavel, que teve sua existência enquanto EI durante 12 anos, devido a morosidade da desapropriação de áreas de assentamento. Ainda, ao ser oficialmente desapropriada a terra em 2012, a municipalização<sup>11</sup> da escola com oferta de Educação Infantil e dos Anos Iniciais ocorreu somente em 2014, mesmo que o Decreto nº 11.167 de criação e autorização da escola, seja datado de 06 de março de 2013. Entretanto, a oferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos que compete a rede estadual permaneceu enquanto Escola Itinerante até final de 2014, sendo regularizado enquanto CEC em fevereiro de 2015.

Outro caso emblemático no processo de transição para Colégio Estadual, é da EI Maria Aparecida Rosignol, localizada em uma área de assentamento desde 2011, sendo que o Colégio foi criado pela resolução nº 1893/12, assinada em 27/03/2012. Apesar da sua criação, permanece a oferta por meio da Escola Itinerante, justamente pela morosidade e falta da atenção do Estado em relação as Escolas do Campo. Inclusive, em reunião no dia 12 de setembro de 2011 a SEED e NRE de Londrina realizada no assentamento para tratar do Projeto Político Pedagógico-PPP com as famílias assentadas. Nesta ocasião, buscaram convencer as famílias a desistirem do PPP alicerçado na Pedagogia do MST que encontrava-se em trâmite na SEED para aderir ao padrão seriado do Estado. Tal argumento foi justificado em virtude de agilizar o processo de autorização e a construção do prédio, todavia, a comunidade se posicionou desfavorável, e persistiram com o PPP formulado pela comunidade. Vale destacar a fala de um membro da comunidade ao contrariar a proposição da SEED, afirmando que “sabiam de seus objetivos com a escola, por saber que a terra nós favorece soberania e o conhecimento oferece liberdade” (informação verbal)<sup>12</sup>.

Ao que parece esta é uma tentativa do Estado em cooptar o PPP construído pelo MST, tendendo subordinar plenamente esta escola a tutela política pedagógica do Estado, este processo integra a luta pela Educação do Campo, na medida em que “[...] como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à

<sup>11</sup> No Estado do Paraná a oferta das modalidades da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental é responsabilidade da esfera municipal, sendo os anos finais do fundamental e ensino médio de responsabilidade da esfera estadual.

<sup>12</sup> Registrado em diário de campo no dia 12 de setembro de 2011.



educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que *não deve ser o Estado educador do povo*) (CALDART, 2012, p. 262. Grifos da autora).

Ainda, no que diz respeito a relação Escola Itinerante (MST) e Estado, foi estabelecido um Termo de Cooperação Técnica e Financeira (Convênio) entre a SEED e a ACAP (Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná). O convênio estabelece as obrigações entre as partes acerca das folhas de pagamento dos trabalhadores, sendo responsabilidade da SEED realizar repasse dos recursos acordados a cada termo de convênio, e a ACAP efetiva os devidos pagamentos salariais e seus encargos sociais. O primeiro convênio assinado em janeiro de 2004, o qual até o ano de 2011 contemplava somente os contratos de trabalhadores para as funções de educadores da educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, auxiliar administrativo e coordenadores pedagógicos, a partir de 2012 amplia com contratos de trabalhadores na função de cozinheira, auxiliares de serviço geral e coordenação política pedagógica do convênio (ACAP, 2012; SAPELLI, 2013).

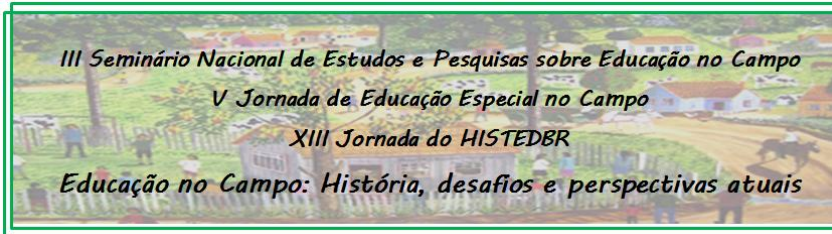
Frisamos que contraditoriamente estas novas funções contempladas pelo convênio, são conquistadas no governo liberal do Beto Richa – PSDB, que a partir das pressões exercidas pelo MST ampliou o convênio com as novas funções e realizou o ajuste salarial, mas combinado a estes avanços ampliou-se a fiscalização e controle pela SEED, fator que alargou a burocratização com exigências documentais acerca do convênio, que ocasionaram desgaste nas comunidades escolares.

Constatamos que, periodicamente ocorrem atrasos dos pagamentos dos trabalhadores da Escola Itinerante, que chegaram a ficar 120 dias sem salário<sup>13</sup> no final do ano de 2014, entretanto, nas diferentes ocasiões “comprometidos com os trabalhos realizados nas escolas, os educadores optaram por manter as atividades educativas normais e finalizaram o ano letivo de 2014 garantindo o direito à educação aos estudantes” (APP, 2014, s/p).

Observamos que o governo do Estado ainda não criou as condições adequadas para o financiamento estrutural e humano da Escola Itinerante, uma vez que, existem

<sup>13</sup> Persiste o problema no atual mandato Richa, em 2015 ficaram 90 dias sem salário entre os meses de maio e agosto.



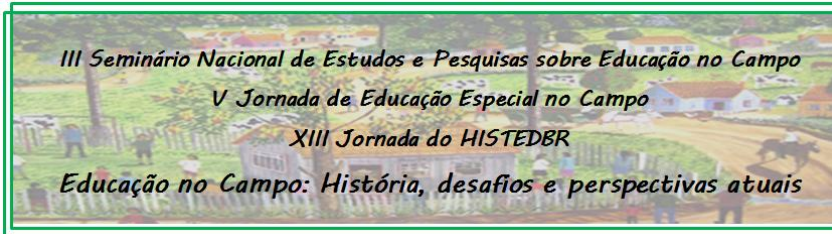


ocasiões que: “As Escolas ficam meses na fila de espera por materiais. Várias escolas estão sem merenda escolar, sem estrutura para funcionamento, sem material escolar. *Sem contar que o salário dos educadores está atrasado há três meses*” (MST, 2007, s/p. Grifos nossos).

Neste contexto de precarização, identificamos que os educadores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio são contratados com vínculo empregatício temporário, chamado de PSS – Processo Seletivo Simplificado, esta forma de vínculo provisório afeta o conjunto da rede estadual no PR, mas na EI por ter um PPP diferenciado as consequências se agravam, uma vez que, a rotatividade dos educadores dificulta avanços na compreensão da proposta pedagógica, além disso, o sucateamento do trabalho docente pelo regime PSS faz com que estes trabalhadores assumam aulas em até quatro escolas, fator que impede sua participação efetiva nos processos pedagógicos de avaliação e planejamento.

Na persistente luta por melhoria das condições da Escola Itinerante do Paraná, observamos também o fundamental papel exercido pelos Sem Terrinha, os quais por meio das Jornadas de Luta pressionam o Governo do Estado para solucionar as precariedades existentes nas escolas em áreas de reforma agrária. No ano de 2012 durante a Jornada de Luta dos Sem Terrinha, os mesmos ocuparam no Paraná 16 NRE's e a SEED. A ocupação teve como objetivo denunciar o fechamento das Escolas do Campo e a ausência de atenção do governo estadual com as necessidades das Escolas Itinerantes e das Escolas de Assentamento “[...] entre as questões de pauta estavam: a contratação dos professores, viabilização de recursos para investir na formação dos professores, construção de salas de aula e laboratórios” (LEITE, 2014, p. 272).

Neste sentido, Silva (2013) expressa que, o MST ao exigir do Estado o financiamento para melhoria das condições das escolas, coloca em convivência “[...] duas lógicas antagônicas, a do MST e a do Estado burguês, respaldadas, respectivamente, na transformação e na conservação social [...]” (SILVA, 2013, p.83)”. Entretanto, reitera que em meio a esta contradição o MST “[...] não sem limites, vem buscando lidar com essa situação e principalmente manter sua autonomia articuladas com a perspectiva de transformação social” (SILVA, 2013, p. 83), mesmo que:

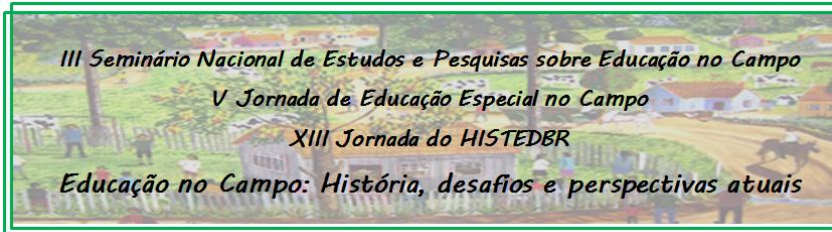


A convivência destas duas lógicas na Itinerante materializa a correlação de forças neste espaço e, apesar de possibilitar a melhoria de algumas condições, traz inúmeros conflitos. Juntamente com o financiamento, vem o currículo e a lógica pedagógica estatal, os professores, muitas vezes, acostumados com a lógica meritocrática no interior da escola, por vezes resistentes à proposta do MST, a burocracia materializada na divisão de horas-aula por professor, na distribuição de cargas horárias [...] (SILVA, 2013, p. 83-84).

Em meio a estas contradições e enfrentamentos vislumbramos que, a existência das EI tem sido possível devido a organização coletiva presente nos acampamentos e o esforço do Setor de Educação do MST que propiciam o alicerce tanto no âmbito político-pedagógico como no estrutural. Porém, estas soluções paliativas na estrutura, apresenta elementos contraditórios para o MST, conforme revela depoimento recolhido por Sapelli (2013) de um dos coordenadores do Setor de Educação do MST: “[...] a tendência é que o governo se desobrigue à medida que a comunidade o faz e essa precariedade tem comprometido a qualidade do trabalho realizado nas escolas (SAPELLI, 2013, p. 84). Ainda segundo ele, [...] a estrutura precária da escola torna cômoda a situação do governo, pois é uma escola barata, mas nem essa estrutura o governo tem mantido adequadamente (SAPELLI, 2013, p. 84).

Entretanto, conforme averiguamos anteriormente, desde a criação da EI as famílias acampadas combinam estas iniciativas com a reivindicação e pressão ao Estado para cobrar sua obrigação, conforme anuncia o manifesto dos educadores: “Embora o direito à educação esteja legitimado pela trajetória da sociedade, nós sabemos que em se tratando de educação dos camponeses e camponesas em luta há que se mobilizar permanentemente” (MST, 2006, s/p). Desta forma,

Podemos perceber no posicionamento dos governos, que a educação no campo, enquanto política de Estado, é tratada no limite da legalidade, ou seja, de se cumprir o que a lei prevê – o acesso à escola como direito – porém, *por se tratar de uma escola ligada a um movimento social, de luta, de enfrentamento, de tensionamento, o faz na precariedade, atendendo minimamente as necessidades dessa escola.* Assim, o Estado ‘capitalista’ não pode ser acusado de não cumprir a lei e nem de se colocar a favor de quem se contrapõe à classe que detém os meios de produção, que define as regras do mercado. *Fica o Estado, de certa forma, numa posição confortável e protegida, mascarando seu caráter de classe* (SAPELLI, 2013, p. 88. Grifos nossos).



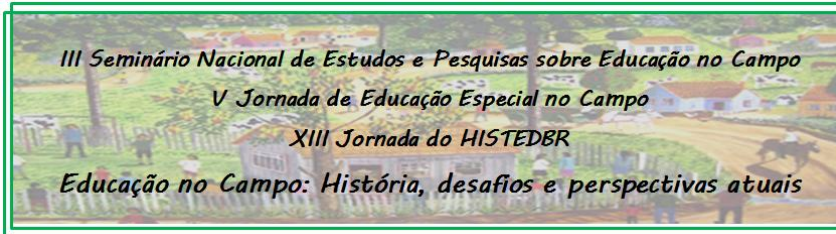
Essas circunstâncias comprovam o relaxamento e a postura cômoda que o Estado se coloca ao favorecer o mínimo, ou uma parcela do mínimo para o desenvolvimento da educação dos povos do campo vinculados a luta pela terra e pela transformação social. Concomitantemente, a morosidade dos processos de desapropriação das terras no Brasil, leva a perpetuar acampamentos, permitindo a manutenção da vulnerabilidade da vida humana nas suas diversas dimensões, e logo, as escolas em acampamento na provisoriedade. Nesta direção,

[...] cabe observar que a luta pela transformação da sociedade articulada à transformação da escola, não se dá completamente fora do Estado, mas reivindicando políticas sociais articuladas à denúncia de seu caráter de classe, buscando exigir do Estado o financiamento, mas enfrentando seu caráter de classe. A possibilidade do Movimento de desenvolver nas escolas sua proposta educacional o nosso ver, vem alargando o limite da luta pela escola pública no interior do Estado burguês ao mesmo tempo em que gesta uma proposta indicativa de outro modelo societário (SILVA, 2013, p. 89).

Ou seja, tenciona e explícita ao poder público por meio da luta social a necessidade de políticas públicas de educação para toda a população brasileira, em distintas circunstâncias de exclusão. Compreende-se que sem à pressão exercida pelo MST ao Governo do Estado, tais ações educacionais por parte do Estado nos acampamentos possivelmente não existiriam.

A título de conclusões afirmamos que, o MST por meio da Escola Itinerante conjuga a luta pelo acesso à educação escolar com a luta contra a tutela política pedagógica do Estado. Ainda, exercita sua autonomia pedagógica e política com a Pedagogia do MST, oferecendo as diretrizes do trabalho educativo<sup>14</sup> nos desígnios proposto por Marx na Crítica ao Programa de Gotha, “[...] isso de educação popular a cargo do estado é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar[...] os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação[...] deve subtrair a escola a toda influência do Estado e da Igreja” (MARX, 1999, p. 46). Compreende que o “[...] Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa” (MARX, 1999, p. 46).

<sup>14</sup>Para conhecimento da proposta pedagógica das Escolas Itinerantes ver: FREITAS, L. C.; SAPELLI, M.; CALDART, R. (orgs). Caminhos para a transformação da escola 3 – complexos de estudo na organização do trabalho pedagógico de escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015 (no prelo) ou Sapelli (2013) e Bahniuk (2015).



Por este viés, a Escola Itinerante mesmo que se constitua em situações de provisoriedade, configura-se um espaço fecundo da Educação do Campo, sendo expressão de luta pelo direito fundamental de ter acesso à educação, propiciando também a formação de educadores do campo e a ampliação do conhecimento às famílias Sem Terra no lugar em que vivem. De forma, intrínseca a constituição de uma prática pedagógica a serviço da luta pela terra que visa a emancipação humana e a transformação social.

## Referências

ACAP. Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná. **Relatório Anual da Escola Itinerante 2011**. Curitiba, 2011. (mimeo).

\_\_\_\_\_. Associação de Cooperação agrícola e reforma Agrária do Paraná. **Relatório Anual da Escola Itinerante 2012**. Curitiba, 2012. (mimeo).

APPSINDICATO. **Educadores das escolas itinerantes estão com salários atrasados**. Disponível: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=10936>> Acessado em: 1 de abril de 2015.

BAHNIUK, C. **Educação, trabalho e emancipação humana: um estudo sobre as escolas itinerantes dos acampamentos do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. 180p.

\_\_\_\_\_. **Experiências escolares e estratégia política: da pedagogia socialista à atualidade do MST**. 2015. [tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo e Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 257-263.

CAMINI, I. **Escola itinerante na fronteira de uma nova escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

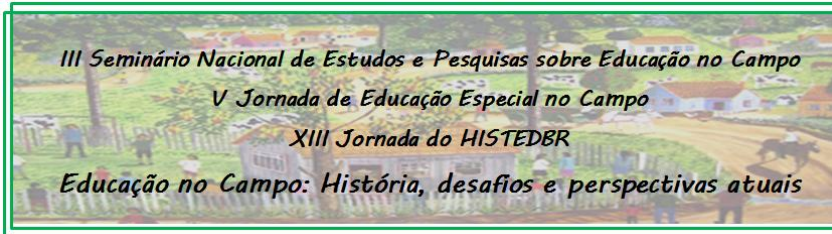
\_\_\_\_\_. Educar na *itinerância* - construindo a Educação do Campo. **La Salle** - Revista de Educação, Ciência e Cultura | v. 15 | n. 2 | jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **O desafio de fazer a Escola enquanto se luta: Escola Itinerante - 15 anos** Nov./2011 (mimeo).

DALMAGRO, S. L. **A escola no contexto das lutas do MST**. Florianópolis, SC: UFSC, 2010. [Tese doutorado]

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**





DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra. Relatório 2006.** Coordenação Geral Bernardo Mançano Fernandes. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_brasil\\_2013.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2013.pdf) Acesso em 05 de maio de 2015.

KOLLING, E.; VARGAS, C. & CALDART, R. MST e a educação. In: CALDART, R. et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo e Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.502-509.

LEITE, V. J. Escola Itinerante do MST Paraná: uma análise sobre a relação trabalho e educação. Revista **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p. 254 - 277, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha.** Versão para eBook: Rocket Edition. 1999.

MST. **Dossiê MST Escola:** documentos e estudos 1990-2001. Veranópolis – RS: ITERRA, 2005.

\_\_\_\_\_. Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências. **Cadernos da Escola Itinerante – MST.** Ano VIII, nº 1, Abril, 2008a.

\_\_\_\_\_. Itinerante: a Escola dos Sem Terra – Trajetórias e Significados. **Cadernos da Escola Itinerante – MST.** Ano I, nº 2, Outubro/2008b.

\_\_\_\_\_. **Manifesto dos Educadores das Escolas Itinerantes.** 2006. (mimeo)

\_\_\_\_\_. **Memória dos encontros dos Complexos de Estudos (2010-2015).** 2015a. (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no atual contexto.** São Paulo, jul.2009c. (mimeo)

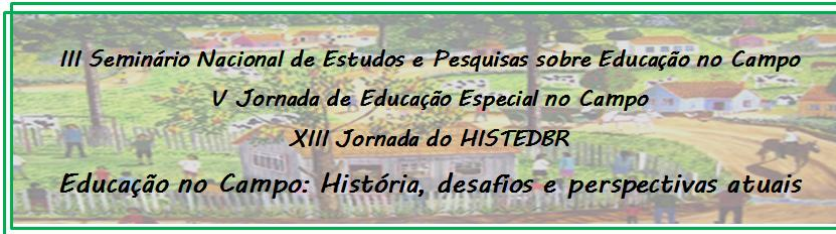
\_\_\_\_\_. **Programa Agrário do MST.** São Paulo, Fev. 2014. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Escola Itinerante Terra e Vida. **Jornal Sem Terra.** Número 191, ano XV, julho de 1999, p. 8, 1999. (mimeo)

OPERÁRIA, C. **Latifundiários estão armados no Paraná.** Disponível em: <<http://www.pco.org.br/movimento-operario/latifundiarios-estao-armados-no-parana/iasb,a.html>> Acesso em 14 de janeiro de 2015.

PARANÁ. **Paraná lidera conflitos agrários no Sul.** Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/173383/>> Acesso em 13 de janeiro de 2015.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



SAPELLI, M. L. S. **Escola do campo – espaço de disputa e de contradição:** análise da proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina. Florianópolis, SC: UFSC, 2013. [Tese doutorado].

\_\_\_\_\_. Escola Itinerante: espaço de disputa e contradição. **Educar** em Revista, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 129-143, jan./mar. 2015.

SILVA, J. Z. **O trabalho como princípio educativo nas escolas itinerantes do MST no Paraná.** Dissertação (Mestrado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013a.